PARECER JURÍDICO AJ/I247/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 283/2024/ADM

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE - Nº 6/2024-049FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA AUTORIZADA PARA A REVISÃO VEICULAR PROGRAMADA DE 30.000 KM (TRINTA MIL QUILOMETROS) PARA O VEÍCULO I/MB 416 SPRINTER REV AMB – PLACA RXB0F03, PERTENCENTE A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE

CONSULTA: LEGALIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE EMPRESA PARA REVISÃO PROGRAMADA DE VEÍCULO
RELATÓRIO

A presente manifestação tem por objetivo esmiuçar requisitos e ponderações a respeito da celebração da proposta de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da pessoa jurídica RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A, CNPJ 59.970.624/0019-03, com o fito contratação de empresa autorizada para a revisão veicular preventiva de 30.000 KM (TRINTA MIL QUILOMETROS) para o veículo I/MB 416 SPRINTER REV AMB – PLACA RXB0F03 pertencente a frota do Fundo Municipal de Saúde com fundamento no art. 74, inciso I.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

1. Documento de Formalização da Demanda;
2. Termo de Referência;
3. Orçamento da empresa RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A, CNPJ 59.970.624/0019-03 no valor de R\$ 4.548,52;
4. Carta de exclusividade devidamente certificando a condição de unicidade da contratada como concessionária autorizada da marca na cidade de Marabá;
5. Pedido de Autorização de Despesa;
6. Solicitação de empenho;
7. Informação da Secretaria de Finanças de que a presente despesa tem adequação com a Lei Orçamentária para o presente exercício.

Com efeito, compulsando os autos, o respectivo Documento de Formalização da Demanda, encontramos a seguinte justificativa para a contratação:

3.1. A revisão do veículo I/MB 416 SPRINTER REV AMB – placa RXB0F03, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde, com 24.588 km rodados, é essencial para garantir a manutenção da garantia e assegurar o desempenho adequado do veículo.

3.2. Esta contratação se justifica pela necessidade de cumprir as especificações técnicas estabelecidas pelo fabricante, garantindo assim a segurança e confiabilidade do veículo utilizado para as atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. Assegurar a manutenção preventiva adequada é crucial para evitar possíveis falhas mecânicas e garantir a disponibilidade contínua do veículo para o transporte de pessoas e suprimentos, contribuindo diretamente para o cumprimento das obrigações da Secretaria e, conseqüentemente, para o interesse pública.

É o que cumpre relatar. Passo à fundamentação do parecer.

ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente é oportuno ressaltar que a análise em comento cingir-se-á estritamente aos aspectos jurídico-legais do pedido, vez que as questões técnicas, contábeis e financeiras fogem à competência desta Assessoria Jurídica.

DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. A exceção consiste na contratação direta por dispensa de licitação, prevista no art. 75, e por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, ambos da Lei n.º 14.133/21.

No caso, dispõe o inciso I do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Ainda a propósito, é firme o ensinamento doutrinário de que “a contratação direta, em caso de inexigibilidade de licitação, resulta da inviabilidade de competição”, notadamente em razão de ser inviável a competição por meio de certame licitatório, uma vez que “se trata de produtor ou fornecedor exclusivo” do bem a ser adquirido (MARINELA, Fernanda. Manual de Direito Administrativo. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2023, p. 433).

DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A realização do processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentado na Lei n.º 14.133/2021, precisa guardar observância ao artigo 72, que assim dispõe:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Necessário verificar a presença dos elementos enumerados no supracitado art. 72, Lei n.º 14.133/2021, que no presente caso foi atendida.

No caso, encontra-se colecionado nos autos, o respectivo Documento de Formalização da Demanda, cuja justificativa foi transcrita ao norte.

Também foi apresentado o respectivo Termo de Referência, em que se aponta o objeto e necessidade da demanda do serviço; regra de que o pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento do relatório e Nota Fiscal eletrônica (NF-e), devidamente conferidos e aprovados pela Contratante; cumprimento da perfeita execução do objeto e prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada; além dos requisitos da contratação e respectiva minuta.

Quanto ao TR, importante transcrever o seguinte:

3.1. A prestação dos serviços e o fornecimento de materiais, a serem contratados, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de serviços/bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 28 do Decreto Municipal nº 003/2024.

3.2. A contratação para o objeto deste Termo de Referência será processada através de CONTRATAÇÃO DIRETA por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 003/2024.

3.3. O procedimento a ser adotado, será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores e pelo Decreto Municipal nº 003/2024, de 02 de janeiro de 2024.

DA AFERIÇÃO DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

No caso em exame, observa-se a inviabilidade fática de competição, impeditiva da realização de pesquisa de mercado a fim de se obter proposta econômica mais vantajosa, em razão da simples evidência de que a empresa contratada, é a autorizada mais próxima do município de Tucumã, detentora de carta de exclusividade para realização dos serviços em comento.

A referida pessoa jurídica também acostou declaração, devidamente emitida pela empresa MERCEDES BENZ, certificando a condição de unicidade da contratada como concessionária autorizada da marca na cidade de Marabá/PA.

Outrossim, consta no TR que a contratação de empresa autorizada para a Revisão Preventiva de 30.000 km (vinte mil quilômetros) para o veículo I/MB 416 SPRINTER REV AMB – placa RXB0F03, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLANILHA DESCRITIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR REFERÊNCIA R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO - CÓD AL/BL-01	3,00	HORA	66,667	200,00
02	COMPLEMENTO P/ MANUTENÇÃO: VERIFICAR SE NECESSÁRIO O FILTRO DE AR	0,20	HORA	470,000	94,00
<i>ESPECIFICAÇÃO: COMPLEMENTO P/ MANUTENÇÃO: VERIFICAR SE NECESSÁRIO O FILTRO DE AR NECESSÁRIO, SUBSTITUIR - CÓD 00162101</i>					
03	COMPLEMENTO PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO: DOBRADIÇAS DAS PORTAS TRASEIRAS LUBRIFIC	0,10	HORA	470,000	47,00
<i>ESPECIFICAÇÃO: COMPLEMENTO PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO: DOBRADIÇAS DAS PORTAS TRASEIRAS LUBRIFICAR - CÓD 00170101</i>					
04	COMPLEMENTO PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO: FILTRO DE COMBUSTÍVEL, SUBST. - 1650010	0,20	HORA	470,000	94,00
05	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MOTOR - CÓD 00115501	1,10	HORA	470,000	517,00
<i>ESPECIFICAÇÃO: OTOR: EXECUTAR A TROCA DE ÓLEO E DO FILTRO DE ÓLEO. - SISTEMA DE FREIO: VERIFICAR O NÍVEL DE FLUIDO - SERVODIREÇÃO: VERIFICAR O NÍVEL DE FLUIDO. - SISTEMA LAVADOR DO PARA-BRISA: VERIFICAR O NÍVEL DO LÍQUIDO, CORRIGIR. - VERIFICAR TODAS AS CORREIAS POLY-V NA ÁREA VISÍVEL QUANTO A DESGASTE E DANOS. - VERIFICAR SE HÁ DANOS E PERDA DE FLUIDO EM TODAS AS PEÇAS VISÍVEIS NO COMPARTIMENTO DO MOTOR. - VERIFICAR OS FOLES DA SUSPENSÃO QUANTO A DANOS. - BATERIA ADICIONAL: VERIFICAR, CORRIGIR O NÍVEL DE LÍQUIDO. CÓD 00115501</i>					
06	AIRCON 599 INTERIOR FRESH 321924	01	UNIDADE	135,860	135,86
07	ANEL DE VEDAÇÃO A 14X20 DIN 7603 - CÓD N007603014106	01	PACOTE	34,470	34,47
08	CONJUNTO DE FILTRO DE COMBUSTÍVEL - CÓD A6510902952	01	UNIDADE	556,440	556,44
09	ELEMENTO DO FILTRO DE AR - CÓD A0000903751	01	UNIDADE	121,920	121,92
10	ELEMENTO DO FILTRO DE ÓLEO - CÓD	01	UNIDADE	529,490	529,49

	A6511800109				
11	ESTOPA BRANCA - CÓD OME0401	02	PACOTE	5,060	10,12
12	FILTRO DE PÓ - CÓD A9108301100	01	UNIDADE	249,580	249,58
13	KIT REVISÃO TUNAP - CÓD TUNAP7000	01	KIT	67,140	67,14
14	LIMPADOR HIGIENICO PARA FILTRO POLEN - CÓD 320566	01	UNIDADE	200,000	200,00
15	MICROLOGIC 115 LIMPADOR UNIVERSAL - CÓD MP11500500X6T	01	UNIDADE	86,860	86,86
16	MICROLOGIC PRE 127 D 2.MP12700550ABT	01	UNIDADE	310,230	310,23
<i>ESPECIFICAÇÃO: MICROLOGIC PRE 127 D 2.MP12700550ABT</i>					
17	MICROLOGIC PREMIUM 109 321922	01	UNIDADE	109,660	109,66
<i>ESPECIFICAÇÃO: MICROLOGIC PREMIUM 109 - LIMPADOR DE INTERIORES - TUNAP FIRMENGRUPPE - 321922</i>					
18	MICROLOGIC PREMIUM 989 320933	01	UNIDADE	259,070	259,07
<i>ESPECIFICAÇÃO: LIMPA INJEÇÃO DIESEL MICROLOGIA PREMIUM 989 EBK</i>					
19	ÓLEO SINTÉTICO PARA MOTOR 5W30 1L - CÓD A0009899701	12	LITRO	77,140	925,68
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$					4.548,52

Ressalte-se, outrossim, que a comprovação de que a contratanda preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária foi atendida por meio da juntada das certidões pertinentes. E, nesta esteira com relação à comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, destacamos os entendimentos dos juristas Diógenes Gasparinie Marçal JustenFilho, respectivamente:

A dispensabilidade da licitação, quando autorizada, só libera a Administração Pública da promoção do procedimento de escolha da melhor proposta. Sendo assim, tudo o mais (verificação da personalidade jurídica, capacidade técnica, idoneidade financeira, regularidade fiscal, empenho prévio, celebração do contrato, publicação (...)) deve ser publicado.

A configuração de contratação direta, sem licitação, não autoriza o não preenchimento dos requisitos de habilitação e contratação (ressalvadas hipóteses excepcionais ...). O sujeito que não satisfizer os requisitos de habilitação deve ser excluído não apenas da licitação. Também será vedada a sua contratação direta.

Por outro lado, obrigatoriamente, é necessário exigir a habilitação jurídica (art. 66), fiscal e social (art. 68, I, III e IV) da pessoa física ou jurídica a ser contratada.

e) Razão de escolha do contratado

A razão de escolha do contratado é de fundamental importância no processo de inexigibilidade de licitação, devendo-se adotar critérios objetivos e impessoais para a escolha do contratado que atenda às necessidades da Administração Pública.

f) Justificativa de preços

A justificativa de preços, conforme já aduzido, há de ser feita mediante declaração de preços, o que foi realizado no caso vertente conforme já mencionado ao norte, e relatado no Termo de Referência.

g) Autorização da autoridade competente

Por fim, há de ser jungida aos autos da contratação direta a autorização da autoridade competente (gestor do órgão/entidade). Salienta-se que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Não basta, pois, a sua divulgação. Deve a informação referente à contratação direta ficar à disposição do público de forma permanente.

DA MINUTA PADRÃO

Com relação ao Contrato de Locação em que o Poder Público seja locatário a previsão contida no art. 95 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos é a seguinte:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no [art. 92 desta Lei](#).

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Considerando-se, pois, que o contrato de locação com o Poder Público não consubstancia uma das exceções à obrigatoriedade do contrato, entendemos necessário e salutar a celebração de contrato formal entre as partes, dispondo acerca de seus direitos e deveres.

Segundo o art. 92 da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

São necessários em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I- o objeto e seus elementos característicos;

II- a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

- III-a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV-o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V- - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI-os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII- os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII- o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX-a matriz de risco, quando for o caso;
- X- o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI-o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII- as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII- o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e as normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV- os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV- as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI- a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII- a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII-o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento; XIX- os casos de extinção.

Os contratos individualizam relações jurídicas específicas, razão pela qual as minutas devem considerar as peculiaridades de cada caso, devendo contemplar cláusulas suficientes para detalhar o objeto, seu custo, os prazos, as obrigações envolvidas, as condições de execução e etc.

Salienta-se que consta como diretriz da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos a instituição, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, de modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros

documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos (art. 19, IV).

Contudo, por fim, verifica-se que a documentação de comprovação de regularidade fiscal da empresa está incompleta. O que prima facie poderia suscitar obstáculos quando à sua contratação, mas que é elucidado pelo art. 70, III da Lei 14.133/21:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

No presente caso, o valor da aquisição está estimado em R\$ 4.548,52, o que se enquadra no permissivo legal. A certidão pendente diz respeito à Certidão Estadual, configurando a hipótese de dispensa parcial, pelo que o processo se encontra regular.

DA NECESSÁRIA PUBLICIDADE

É de se apontar que a Lei n.º 14.133/21 priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de o parágrafo único do artigo 72 do supracitado diploma normativo exigir que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

CONCLUSÃO

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica opina favoravelmente pela contratação da empresa RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS CIRASA S.A, CNPJ 59.970.624/0019-03 para atendimento da demanda esposada nestes autos, com fundamento no art. 74, I, da Lei n. 14.133/21, desde que se atente aos preceitos jurídicos acima descritos e que seja cumprido o checklist mencionados neste parecer.

É o parecer.

Tucumã-PA, 01 de novembro de 2024.

SÁVIO ROVENO OAB/PA 9561
Assessor Jurídico